

Requerimento nº 768, de 2001

Autoria: Líderes Partidários

Iniciativa:

Ementa:

Requerem seja submetido ao Plenário, em caráter excepcional, o calendário para tramitação das matérias referentes às PEC 2-A, de 1995 (imunidade parlamentar), PEC 53, de 2001 (autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública), e PEC 49, de 2001 (modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica).

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Último local: -

Destino: -

Último estado: 12/12/2001 - APROVADA

TRAMITAÇÃO

18/11/2002 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Processo arquivado

30/10/2002 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Encaminhado ao Arquivo.

17/10/2002 SF-SGM - Secretaria-Geral da Mesa

Ação: Ao Pleg com destino ao Arquivo

12/12/2001 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: É lido e aprovado nesta oportunidade, com o seguinte resultado: Sim= 37, Não=5, Abst= 0, Total=42, havendo os Srs. Lauro Campos, Bernardo Cabral, Waldeck Ornelas, Jefferson Peres e Tião Viana manifestado voto contrário à matéria, após usarem da palavra os Srs. Bernardo Cabral, Jefferson Peres, Renan Calheiros, José Eduardo Dutra, Romero Jucá, Tião Viana, a Sra. Heloísa Helena, os Srs. Geraldo Melo, Paulo Hartung, Waldeck Ornelas, Casildo Maldaner, a Sra. Marina Silva, os Srs. Sebastião Rocha, Antero Paes de Barros, Roberto Requião, Artur da Távola, e Lauro Campos.

À SGM.

12/12/2001 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 02 (duas) folhas numeradas e rubricadas.
À SGM.

Requerimento nº 768, de 2001

DOCUMENTOS

RQS 768/2001

Data: 12/12/2001

Autor: Líderes Partidários

Local: null

Descrição/Ementa: Requerem seja submetido ao Plenário, em caráter excepcional, o calendário para tramitação das matérias referentes às PEC 2-A, de 1995 (imunidade parlamentar), PEC 53, de 2001 (autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública), e PEC 49, de 2001 (modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica).